

Relatório da Diretoria

Anápolis, 28 de maio de 2015.
GEORGES HAJJAR
Diretor Presidente

A Diretoria da GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÉUTICA S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como colocar à disposição dos interessados, a documentação suporte e informações de que trata a lei 6.404/76 com alterações das leis 10.303/01, 11.638/07 e 11.491/10 e CPC's, os quais podem ser solicitados na sede da sociedade, durante o expediente comercial.

Ativo	Notas	31/12/2014	31/12/2013	Passivo	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.925	23.644	Fornecedores	12	8.781	9.837
Receber de clientes	4	41.362	27.970	Financiamentos e empréstimos	13	10.610	7.640
Estoque	6	43.066	33.140	Obrigações Tributárias	14	2.511	4.449
Impostos a recuperar	7	7.142	2.220	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	3.467	3.440
Adiantamentos	8	1.156	5.322	Dividendos a Pagar	19	8.624	2.200
Outros		4.231	1.620	Outras contas a pagar		81	84
Indenizações a Receber	9	-	36.751	Total do Passivo Circulante		34.075	26.650
Total do Ativo Circulante		113.912	130.667	Não circulante			
Não circulante				Financiamentos e empréstimos	13	36.133	37.806
Realizável a longo prazo				Fiscal - Programa Fomentar	31	71	26
Impostos a recuperar	7	2.534	1.433	Impostos diferidos	16	4.047	4.231
Investimentos	3 e	470	470	Cretores	17	15.993	15.993
Imobilizado	10	132.877	86.508	Parcelamentos Tributários	18	1.184	-
Intangível	11	1.351	1.286	Provisão para Demandas Judiciais	14	214	200
Total do Ativo Não Circulante		137.232	89.697	Total do Passivo Não Circulante		58.569	58.256
Total do Ativo		251.144	220.364	Patrimônio líquido			
				Capital Social	19 a	70.000	24.500
				Reserva de Incentivos Fiscais	19 b	30.420	22.914
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	19 c	7.856	8.214
				Reservas de Legal	19 d	1.866	4.212
				Reserva de Retenção de Lucros	19 f	48.358	52.343
				Reserva de Investimentos	19 g	23.275	23.275
				Total do Patrimônio Líquido		158.500	135.468
				Total do Passivo + Patrimônio Líquido		251.144	220.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Reserva de Retenção de Lucros	Lucro acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	24.500	14.420	11.899	1.895	23.275	6.850	-	82.840
Lucro líquido do exercício - (R\$12.182 por ação)	-	-	-	-	-	-	54.820	54.820
Constituição Reserva incentivos fiscais	-	8.494	-	-	-	-	(8.494)	-
Reserva legal	-	-	-	2.317	-	-	(2.317)	-
Realização de Avaliação Patrimonial	-	-	(5.584)	-	-	-	5.584	-
Realização de IR/CSSL s/ Avaliação Patrimonial	-	-	1.899	-	-	-	(1.899)	-
Dividendos 2013	-	-	-	-	-	-	(2.201)	(2.201)
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	45.493	-	(45.493)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	24.500	22.914	8.214	4.212	23.275	52.343	-	135.458
Aumento de Capital com Reservas	45.500	-	-	(4.212)	-	(18.013)	-	-
Lucro líquido do exercício - (R\$9.958 por ação)	-	-	-	-	-	-	44.815	44.815
Constituição Reserva incentivos fiscais	-	7.506	-	-	-	-	(7.506)	-
Reserva legal	-	-	-	1.866	-	-	(1.866)	-
Realização de Avaliação Patrimonial	-	-	(542)	-	-	-	542	-
Realização de IR/CSSL s/ Avaliação Patrimonial	-	-	184	-	-	-	(184)	-
Dividendos 2014	-	-	-	-	-	-	(1.773)	(1.773)
Distribuição de Dividendos exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	48.358	-	(48.358)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	70.000	30.420	7.856	1.866	-	-	-	158.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÉUTICA S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Via Principal 1-B, Quadra 8-B, módulos 01 a 08 - DA, no município de Anápolis, Estado de Goiás, CEP 75.132-085, inscrita no CNPJ sob o número 03.485.572/0001-04, NIRE sob o número 52300013691 e tem como objetivo social industrializar, distribuir, importar, exportar, transpor, desenvolver, remendar e fracionar medicamentos allopáticos.
A Companhia goza de incentivo fiscal relacionado ao ICMS, no programa denominado Programa Fomentar. Esse programa consiste no recolhimento de 30% do ICMS devido e o restante após 20 (vinte) anos com taxa de 0,2% ao ano. Oportunamente, a companhia opta pela liquidação antecipada do tributo financiado com taxa de deságio de aproximadamente 89%, apurada nas últimas liquidações. Esse programa vencerá em 2040 e a Companhia vem realizando exigências contratuais mensais.
A Companhia utiliza o incentivo fiscal decorrente da Lei de Inovação Tecnológica Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem, que permite a dedução diretamente na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social do valor correspondente a 80% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.
Em 06 de novembro de 2013 ocorreu incêndio nas instalações da Companhia, afetando todo o setor anexo da área de fabricação de produtos, não tendo sido registrado vítimas. De forma sintética, as perdas registradas referem-se a parte de área física do prédio da indústria, máquinas e equipamentos de linhas industriais, do Controle de Qualidade, do Desenvolvimento de Metodologia Analítica e do Desenvolvimento Farmacológico, câmara de estudos de estabilidade, reagentes, Padrões e vidrarias, computadores, além de parte de estoques que estavam em produção no momento do incêndio. Os estoques de matéria prima e de produtos acabados não foram afetados.
Após o ocorrido, a Companhia, visando manutenção de suas atividades, passou a terceirizar a produção dos produtos, cujas linhas de produção foram danificadas. Com essa medida, a Companhia conseguiu minimizar os impactos comerciais decorrentes da paralisação parcial da produção.
A Companhia possuía adequados contratos de seguros visando, tanto à salvaguarda dos ativos danificados, como também promover a indenização pela paralisação parcial das atividades. O seguro, em vigor, prevê a cobertura de danos materiais e danos econômicos. A Companhia, em 2014 conseguiu concluir a reestruturação da fábrica, tanto em relação a parte de maquinário como também as instalações industriais.
A nova estrutura fabril que foi implantada após o incêndio, conta com maquinários novos e ainda mais modernos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis contábeis, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de maio de 2014.
Moeda de Apresentação e Funcional - As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
3. Sumário das principais práticas contábeis
Base de preparação
As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção para o grupo do ativo imobilizado - máquinas e equipamentos e créditos que foram mensurados com base no custo atribuído (valor justo), conforme previsto no ICP-C-10.
Caixa e equivalentes de caixa
Composto por saldos de caixa, contas correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data do balanço, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
c) Contas a receber e Provisão para créditos de liquidação duvidosa
As contas a receber são demonstradas pelos valores faturados por competência até a data do balanço, reduzidos por provisão para créditos de liquidação duvidosa.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual das duplicatas e dos valores a receber de clientes vencidos em montante julgado pela administração da Companhia suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização.
d) Estoques
Os estoques estão demonstrados pelo custo de aquisição e/ou produção que não excedem o valor justo de venda ou realização. A determinação do preço unitário dos itens na data do balanço é a média ponderável móvel baseada no histórico de compra ou de produção, que não excede o custo de reposição, deduzidos dos impostos recuperáveis.
Quando aplicável, é constituída provisão para perda na realização dos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.
e) Produtos e materiais vendidos/aviados;
f) Produtos fora de linha;
g) Produtos com data de vencimento até 11 meses da data do balanço.
h) Impostos a recuperar
Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes de antecipações de tributos, créditos tributários sobre aquisição de ativos imobilizados, reduzidos de provisão para realização, quando necessário.
i) Propriedades para investimento
Propriedades para investimento são propriedades mantidas para auferir renda ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos e serviços.
j) Imobilizado
Registrado pelo custo de aquisição, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos e créditos, para os quais foi aplicado o custo atribuído, conforme estabelecido pelo ICP-C-10. O saldo desta avaliação é realizado em função da depreciação e/ou baixas dos bens avaliados. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme taxas anuais demonstradas na nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e os ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.
Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
Custo atribuído ("deemed cost")
A Companhia optou pela adoção do custo atribuído ("deemed cost") para as máquinas e equipamentos e créditos, ajustando os saldos de abertura na data de transição, ou seja, em 1º de janeiro de 2010, pelos seus valores estimados em laudos técnicos elaborados por especialistas externos (Empresa Mercato Assessoria e Avaliações) com experiência profissional para a função.
g) Intangível
Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.
Os processos judiciais da Companhia são avaliados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deve ser reconhecida quando:
a. A Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado;
b. É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
c. O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.
Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.
k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O regime de tributação é o lucro real.
A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro do exercício de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente de R\$ 240 e pela contribuição social à alíquota de 9%.
A Companhia utiliza o incentivo fiscal decorrente da Lei de Inovação Tecnológica Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem. Essa Lei permite a dedução diretamente na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social do valor correspondente até 80% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.
Os valores contábeis dos ativos são reconhecidos em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação.
Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se esperam serem aplicadas às diferenças intertemporais quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
As contas correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício.

	2014	2013
Caixa	26	2
Bancos- Conta Corrente	540	4.759
Aplicações financeiras*	16.359	18.883
	16.925	23.644

*As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas operações são remuneradas às taxas médias que variam entre 95% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes
Rubrica composta pelos seguintes valores:

	2014	2013
Duplicatas a receber	41.858	28.361
Cheques a receber	152	171
GNRE	53	19
Cheques custodiados	5	3
(-) Depósitos a identificar	(84)	(88)
Subtotal	41.979	28.466
(-) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(617)	(496)
Circulante	41.362	27.970

O saldo de contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2014 está distribuído conforme se segue:

Idade de vencimento	2014	2013
A vencer	36.332	19.766
Vencimentos:		
De 1 a 60 dias	2.693	5.036
De 60 a 90 dias	377	746
De 90 a 180 dias	873	2.011
De 180 a 360 dias	1.097	333
Acima de 360 dias	-	572
	41.362	28.466

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como se segue:

	2014	2013
Saldo Inicial	496	287
Constituições	121	306
(-) Reversões	(97)	(97)
Saldo Final	617	496

6. Estoques

	2014	2013
Produtos acabados	17.136	6.415
Produtos semi-acabados	5.025	1.086
Produtos em elaboração	3.042	2.182
Materias-primas	22.153	23.766
Mercadorias para revenda	46	52
Materiais de consumo e reposição	1.035	411
(-) Provisão para perdas nos estoques*	(821)	(772)
	43.096	33.140

*A Companhia contabilizou provisão para perda nos estoques de matérias primas e produtos acabados que se encontram em situação descritos na nota "3 c". Todos esses produtos perdem a capacidade de geração de benefícios futuros. Desta forma, esses produtos foram objeto de provisão para imparidade no balanço de 31/12/2014, conforme requerido pelas práticas contábeis vigentes no Brasil. A efetiva baixa desses bens será efetuada em 2015 após os devidos trâmites legais que permitam o descarte e/ou incineração.

7. Impostos a recuperar
A Companhia mantém ativas valores a recuperar, para posterior compensação.

	2014	2013
COFINS a recuperar	501	5
FGTS a recuperar	1.358	161
CSLL - retenção de órgãos públicos	8	120
ICMS a recuperar - Imobilizado*	4.243	2.426
IRPJ a recuperar	2.246	-
IR - retenção de órgãos públicos	51	146
PI a recuperar	540	339
IRRF a recuperar - Bancos	115	284
PIS a recuperar	519	331
Outros	529	331
	9.676	3.653

Circulante

	2014	2013
	7.142	2.220
Não Circulante	2.534	1.433

8. Adiantamentos
Rubrica composta pelos seguintes valores:

	2014	2013
Adiantamento a fornecedores nacionais	547	1.057
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	185	151
Adiantamento de Impostos	8	7
Depósitos Judiciais	7	7
Adiantamento a Acionistas	-	3.733
Adiantamento a funcionários	345	363
	1.156	5.322

9. Indenizações a Receber
Refere-se ao saldo a receber relativo a Indenização decorrente do incêndio ocorrido na Companhia em 2013, conforme comentado na nota explicativa "1" Contexto Operacional. O saldo apresentado no balanço de 2013, no montante de R\$36.750.720,66 foi integralmente recebido pela Geolab no exercício de 2014.

10. Imobilizado
a) Composição do saldo de imobilizado

Vida útil	2014	2013
Terenos	1.006	414
Prédios e benfeitorias	30 a 60 anos	37.007
Prédios e benfeitorias custo atribuído	30 a 60 anos	9.180
Aeronaves	20 anos	1.013
Móveis e utensílios	15 a 20 anos	4.008
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos	62.447
Máquinas e equipamentos custo atribuído	10 a 40 anos	5.432
Computadores e periféricos	2 a 15 anos	2.270
Veículos	5 anos	237
Tratores	10 anos	40
Imobilizações em andamento (*)	31.804	21.325
(-) Depreciação	(21.567)	(17.354)
	132.877	86.508

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	20	159.604	159.172
Custos dos produtos vendidos	21 a	(78.624)	(67.858)
Lucro bruto		80.980	91.314
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas Comerciais	21 b	(18.096)	(19.436)
Despesas administrativas e gerais	21 c	(35.533)	(30.244)
Despesas tributárias	(3.311)	(775)	(715)
Outras receitas	22 a	27.177	44.067
Outras despesas	22 b	-	(17.625)
Resultado operacional		51.217	67.301
Receitas Financeiras	21 d	1.732	1.625
Despesas Financeiras	21 d	(6.416)	(5.713)
Resultado financeiro líquido		(4.684)	(4.088)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		46.533	63.213
Imposto de renda	(1.240)	(6.116)	(6.116)
Contribuição social	(478)	(2.277)	(2.277)
Lucro líquido do exercício		44.815	54.820

Quantidade de ações disponíveis no final do exercício (lote de 1000 ações)

	4.500	4.500
Ações Ordinárias e nominativas	3.645	3.645
Ações Preferenciais e nominativas	855	855
Lucro do exercício por ações	9.9589	12.1822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	44.815	54.820
Outros Resultados Abrangentes	541	3.686
Resultado Abrangente do exercício	45.356	58.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

b) Movimentação 2013

	Saldo inicial	Adição	2013	Transferência	Líquido	Líquido
Terenos</						

d) Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Juros ativos	313	366
Descontos obtidos	201	117
Varição monetária ativa	467	654
Renda de aplicação financeira	707	488
Outros	44	-
Total receita financeira	1.732	1.625
Descontos concedidos	(410)	(436)
Despesas bancárias	(437)	(531)
Despesas com financiamentos	(3.709)	(2.864)
I.O.F.	(92)	(9)
Perdas Financeiras	(266)	(133)
Varição monetária passiva	(1.039)	(1.361)
Juros passivos	(463)	(379)
Total da despesa financeira	(6.416)	(5.713)
Resultado financeiro	(4.684)	(4.088)

22. Outras receitas/despesas**a) Outras receitas**

	2014	2013
Indenização de Seguro – Incêndio	-	43.751
Indenização de Seguro – Lucro Cessante	27.000	-
Recuperação de Despesas Judiciais	35	178
Receita por Indenização por avarias	142	134
Outras	-	4
Total das outras receitas	27.177	44.067

b) Outras despesas

	2014	2013
Perda de Ativos Imobilizados – Incêndio	-	(15.668)
Perda de Produtos em processo – Incêndio	-	(1.957)
Total das outras despesas	-	(17.625)

23. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de riscos

A Companhia possui instrumentos financeiros representados, substancialmente, saldos de contas correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e empréstimos contratados junto a instituições financeiras, além de saldos a receber.

A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois as taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são as praticadas efetivamente pelo mercado em transações semelhantes.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade:

(a) Risco de crédito: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esse risco a Companhia acompanha rigorosamente a sua política de vendas e aplicações financeiras, que inclui análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar o risco de inadimplência.

(b) Risco de concentração de receitas: A carteira de contas a receber possui adequado índice de pulverização.

(c) Risco de taxa de juros: Exposição a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos.

(d) Risco de Elevação da Inflação: Exposição a riscos relacionados à elevação da taxa de inflação. Esta exposição ocorre pois, existem passivos decorrentes de empréstimos bancários indexados à variação da TJPL.

(e) Risco de taxa de câmbio: Exposição a riscos relacionados à taxa de câmbio, pois uma parcela do seu saldo a pagar com fornecedores, e aquisições de matérias primas que são indexados em dólares norte-americanos.

A seguir, em conformidade ao CPC 40, apresentamos análise de sensibilidade de risco sobre oscilação de taxas de câmbio em um cenário estressado:

Análise de sensibilidade a riscos cambiais:	
Exposição - Saldo de fornecedores estrangeiros	3.079
Exposição Saldo de Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(185)
Exposição líquida ao risco cambial	2.894
Taxa cambial em 31/12/2014	2.6577
Taxa cambial – cenário de deterioração da taxa em 15%	3,0563
Estimativa do efeito financeiro da oscilação na taxa cambial no ambiente de estresse da taxa.	(434)

A estimativa de estresse do câmbio é apresentada nessa nota por conservadorismo, pois a administração da Companhia entende que o referido risco é remoto, uma vez que os saldos de fornecedores são de curto prazo e que o câmbio está sendo efetivamente controlado pelo governo brasileiro.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando

a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Riscos nomeados – Patrimonial

Tipo	Valor da cobertura
Incêndio/Raio	128.000
Quebras/Estacionário	4.200
Danos elétricos	1.200
Lucro cessante por Danos Elétricos/Vendaval	9.600
Lucro Cessante Incêndio	30.500
Outros	3.550
Total	177.050

25. Outras informações**a) Operações com instrumentos derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

b) Eventos subsequentes

Não houve eventos, desde a data de 31/12/2014 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Em 2014, a remuneração do pessoal chave da administração, contempla pagamentos de sócios/diretores, que totalizou R\$1.440, incluindo Pró-labore.

d) Benefícios a empregados

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

Georges Hajjar
CPF. 003.045.651-72
Diretor Presidente

Paulo Elias de Rezende
CPF. 548.976.451-15
Contador - CRC-GO nº 10.956

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.

Presidente e Diretores da

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A

ANÁPOLIS – GO

Examinamos o balanço patrimonial da Geolab Indústria Farmacêutica S/A levantado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa de suas operações correspondente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para

planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base da opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme citado na nota explicativa “14” a Companhia, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos não procedeu em 2013 a tributação sobre a variação patrimonial apurada entre o valor da receita de indenização de seguro e a baixa dos bens objeto do sinistro. Desta forma, não podemos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados em obrigações tributárias, bem como de seus correspondentes reflexos no patrimônio líquido de 2014.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis impactos relativos a não tributação em 2013 do que foi comentado no parágrafo base da opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geolab Indústria Farmacêutica S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Goiânia, 28 de maio de 2.015.

M A S T E R S

Auditores Independentes S/S
CRC- 000887/O-GO - CVM- 11.266

Agnaldo Medeiros Pacheco
Contador

CRC SP 136 958 -04/ T-GO